NOTA TÉCNICA Nº 432 /2010/COGES/DENOP/SRH/MP

ASSUNTO: Auxílio-transporte ; utilização de transporte coletivo ou seletivo.

Referência: [REDACTED]

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Cuida o presente Documento de consulta feita pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT mediante FAX s/n.º, datado de 30/06/2009, no tocante à possibilidade de concessão da indenização do auxílio transporte a servidores que utilizam transporte regular rodoviário seletivo no trajeto de ida e volta ao trabalho, com vistas a minimizar custo e o tempo despendidos com o deslocamento do servidor, mesmo que verificada a existência de transporte regular coletivo.

ANÁLISE

2. A entidade consulente, com vistas a subsidiar sua consulta, esclarece que em virtude do desempenho das atividades finalísticas da ANTT, muitas vezes seus servidores exercem suas atribuições em vias abertas, de alta circulação (como BR's) e distantes das áreas urbanas; tal situação faz com que esses servidores residam distante do local de trabalho à procura de maior infraestrutura para moradia.

3. Aquela Agência aduz, ainda, que em alguns casos, os servidores gastam quase seis horas diárias, com cerca de dez baldeações por percursos, para realizarem o trajeto residência/trabalho/residência; o que prejudica o cumprimento fiel da jornada de trabalho e, ainda, ocasiona desgaste físico, prejudicando o descanso do servidor.

4. Diante de tais peculiaridades, a ANTT com vistas a subsidiar Norma Administrativa Interna, solicita que seja analisada a possibilidade de autorizar, em casos excepcionais, o uso pelo servidor de transporte regular rodoviário seletivo, mesmo existindo a opção do coletivo de transporte, quando aquele meio de locomoção seja menos oneroso para o custeio da União.

5. Preliminarmente, para o melhor estudo do pleito, necessário se faz observar o contido na Orientação Normativa SRH/MP nº 03, de 23 de junho de 2006, que trata sobre o pagamento da referida indenização aos servidores nos deslocamentos residência/trabalho/residência, que assim dispõe:.

Art. 1º O pagamento do auxílio-transporte, em pecúnia, efetivado pela União, possui natureza jurídica indenizatória, e é destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da união, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa

Art. 2º No contexto de transportes coletivos insere-se o ônibus tipo urbano, o trem, o metrô, e os transportes marítimos, fluviais e lacustres, desde que revestidos das características de transporte de massa.

Art.3º Entende-se como transporte regular rodoviário seletivo o serviço que utiliza-se de veículos equipados com poltronas reclináveis, estofadas, numeradas, com bagageiros externos e porta pacotes no seu interior, com apenas uma porta, não sendo permitido o transporte de passageiros em pé.

(....)

Art.5º É vedado pagamento de auxílio transporte nos deslocamentos .residência/trabalho/residência, feitos através de serviço de transporte regular rodoviário .seletivo ou especial, de acordo coma previsão da Medida Provisória nº 2.165-36, de 200, exceto se a localidade de sua residência não for servida por meios convencionais de transporte, e no caso de impossibilidade de escolha por parte do usuário, pois, nessa situação, o meio de transporte utilizado pelo servidor não pode ser considerado seletivo.

Art. 6º Aos dirigentes de recursos humanos dos órgãos e entidades públicas cabe observar e fazer prevalecer o meio de transporte menos custoso para a Administração.”

6. Como se pode observar a Orientação transcrita define os tipos de transportes a serem utilizados pelo servidor no trajeto residência/trabalho e vice-versa, assim como traz as possibilidades de uso do transporte coletivo e seletivo.
7. A regra é a utilização do transporte coletivo; porém foram elencadas duas hipóteses em que o uso do transporte seletivo poderá ser indenizado, quais sejam: quando a localidade não for servida pelo transporte convencional ou quando o usuário estiver impossibilitado de escolher esse meio de transporte e, nesse caso o transporte não poderá ser considerado seletivo.
8. Dessa forma, somente nessas duas hipóteses poderão ser indenizados os gastos do servidor com a utilização de transporte seletivo para seu deslocamento de sua casa para o trabalho e vice-versa; isto porque; tal situação deverá sempre ser considerada como umas excepcionalidade à regra legal prevista.
9. Depreende-se que o objetivo da administração com a instituição dessa indenização foi minimizar os custos financeiros do servidor no seu deslocamento ao serviço; entretanto, no caso do servidor vir a utilizar-se do transporte seletivo, terá que se inserir nas duas excepcionalidades elencadas na Orientação supratranscrita para ser indenizado.
10. Ademais, nos moldes previstos pelo art. 6º da citada Orientação normativa, cabe aos dirigentes de recursos dos órgãos e entidades, de acordo com cada caso individualmente, fazer prevalecer o meio de transporte cujo custeio seja menos oneroso para a Administração.
11. Ressalte-se que, no uso da competência supra destacada, deverá o dirigente de pessoal analisar a situação específica e valer-se de todos os meios comprobatórios (bilhetes, valores de tarifas, transportes disponíveis para o trajeto, etc), a fim de definir inequivocamente que o meio de transporte a ser indenizado é de fato menos custoso para a administração.

CONCLUSÃO

---

12. Portanto, considerando-se o contido nos arts. 5º e 6º da Orientação Normativa, cabe ao dirigente de recursos humanos de cada órgão, entidade, analisar e identificar a situação excepcional a fim de que o servidor faça jus à indenização de auxílio transporte com vista a utilização de transporte coletivo ou seletivo.

13. Com estes esclarecimentos submetemos o presente Documento à Senhora Diretora do Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais, sugerindo o encaminhamento à Gerência-Geral de Gestão de Pessoas da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT.

Brasília, 28 de abril de 2010.

DAVID FALCÃO PIMENTEL
SIAPE nº 0659825

ANA CRISTINA DE SÁ TELLES D'ÁVILA
Chefe da DIORC

De acordo. Encaminhe-se à GGEP/ANTT, conforme proposto.

Brasília, 28 de abril de 2010.

GERALDO ANTONIO NICOLI
Coordenador-Geral de Elaboração,
Sistematização e Aplicação das Normas

Aprovo. Encaminhe-se à GGEP/ANTT, conforme proposto.

Brasília, 3 de maio de 2010.

VALÉRIA PORTO
Diretora de Normas e Procedimentos Judiciais